

## **POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

A presente política de privacidade contém informações gerais sobre coleta, uso, armazenamento, demais formas de tratamento e de proteção dos dados pessoais dos servidores, contratados e prestadores de serviço exibidos no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Belém, com a finalidade de esclarecer a todos interessados sobre os tipos de dados que são coletados, os motivos da coleta e a forma como os titulares podem gerenciar ou excluir as suas informações pessoais, quando for pertinente.

O presente documento foi elaborado em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018) e o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014). Ainda, o documento poderá ser atualizado em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual se convida o leitor a consultar periodicamente este documento.

### **DOS AGENTES DE TRATAMENTO**

---

A Prefeitura Municipal de Belém, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.055.009/0001-13; situada em: Palácio Antônio Lemos, na Praça Dom Pedro II, sem número, Bairro do Centro, Belém, Pará, Brasil, CEP 66020240; será considerada CONTROLADORA de dados, nos termos do artigo 5º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

O armazenamento, a exclusão e demais formas de tratamento serão executados pela empresa CINBESA (Companhia de Tecnologia da Informação de Belém, CNPJ 04.850.095/0001-93, localizada na Avenida Nazaré, 708, Bairro de Nazaré, Belém, Pará, Brasil, CEP 66035-135), que atuará como OPERADORA nesse processo, sempre que notificada e orientada pela CONTROLADORA.

### **DOS FUNDAMENTOS LEGAIS PARA O TRATAMENTO DOS DADOS**

---

A existência do Portal da Transparência e a natureza das informações neste publicadas derivam do cumprimento dos artigos 7º e 8º da Lei Federal nº 12.527/2011, conhecida como Lei do Acesso à Informação, que prevê a divulgação dos dados de despesas financeiras dos entes públicos da federação.

O tratamento dos dados dos quais trata esta Política de Privacidade está embasado no artigo 7º, incisos II, III, V, VI e IX, da Lei Federal nº 13.709/2018. Além do mais, conforme o artigo 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, são respeitados os princípios para processar os referidos dados.

Devido aos argumentos citados, não se faz necessário o consentimento direto de cada um dos titulares dos dados exibidos, pois ao integrar o quadro profissional, ou participar como representante em contrato de prestação de serviços para os órgãos da CONTROLADORA, o titular dos dados compreende a necessidade da divulgação de informações pertinentes e discutidas nesta Política de Privacidade.

### **DOS DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS**

---

Ao usuário será assegurado os direitos elencados abaixo, nos termos do artigo 18, da Lei Federal nº 13.709/2018:

- Confirmação da existência de tratamento.
- Acesso aos dados.
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- Informação sobre compartilhamento de dados.

Além dos itens acima elencados, também está aberta a possibilidade de exercício dos seguintes direitos, quando for pertinente:

- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento.
- Revogação do consentimento.
- Anonimização, bloqueio ou eliminação.
- Reclamação perante a Agência Nacional de Proteção de Dados.
- Oposição.

## **DOS DADOS COLETADOS E SUAS FINALIDADES**

---

Os dados pessoais do titular recolhidos são os seguintes:

- Nome completo.
- Cadastro de Pessoa Física (CPF), nos casos de representantes contratuais ou contratos administrativos com pessoa física.
- Endereço residencial, nos casos de representantes contratuais ou contratos administrativos com pessoa física.
- Cargo e lotação.
- Remuneração, especificando retroativos, férias, descontos e valor líquido.
- Admissão e exoneração no serviço público.
- Carga horária.

O CONTROLADOR terá como finalidade, para o armazenamento dos dados coletados, cumprir as obrigações de publicidade e transparência da administração pública contidas no artigo 37, caput e §1º, da Constituição Federal do Brasil de 1988, Lei Federal nº 12.527/2011, e Decreto Municipal nº 83.857/2015.

## **DO COMPARTILHAMENTO DOS DADOS**

---

Considerando a preservação de sua privacidade, o CONTROLADOR não compartilhará os dados pessoais do titular com nenhum terceiro não autorizado. Porém, o compartilhamento ocorrerá com os órgãos de controle externo e o Poder Judiciário, mediante obrigação legal.

Além das hipóteses autorizadas em lei, os dados também são repassados à OPERADORA para que sejam submetidos ao tratamento feito o tratamento necessário.

## **DO TEMPO DE ARMAZENAMENTO DOS DADOS**

---

Os dados pessoais dos titulares são armazenados durante o período necessário para o cumprimento das finalidades previstas no presente documento, conforme o disposto no inciso I do artigo 15 da Lei Federal nº 13.709/2018.

Os dados pessoais dos usuários apenas podem ser conservados após o término de seu tratamento nas seguintes hipóteses previstas no artigo 16 da Lei Geral de Proteção de Dados:

- I - Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela CONTROLADORA;
- II - Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- III - Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei;

IV - Uso exclusivo da CONTROLADORA, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

#### **DA SEGURANÇA DO ARMAZENAMENTO**

---

A CONTROLADORA se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados.

A CONTROLADORA se compromete a comunicar o usuário em caso de alguma violação de segurança dos seus dados pessoais.

Reiterando: os dados pessoais armazenados são tratados com confidencialidade, dentro dos limites legais. No entanto, será permitido divulgar as informações pessoais dos titulares caso a lei obrigue a fazê-lo.

#### **DAS ALTERAÇÕES DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

---

A CONTROLADORA reserva a si o direito de modificar esta Política de Privacidade a qualquer momento, o que torna recomendável ao titular revisá-la com frequência.

As alterações e os esclarecimentos vão surtir efeito imediatamente após a sua publicação na área de Legislação, no site Portal da Transparência.

#### **DA JURISDIÇÃO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

---

Para a solução de controvérsias decorrentes do presente instrumento será aplicado integralmente o Direito brasileiro.

Os eventuais litígios deverão ser apresentados no foro da comarca de Belém, onde se encontra a sede da Prefeitura Municipal de Belém.

Belém/Pa, 04 de julho de 2023